

DISCIPLINA:	DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV	C/H: 040 h/A
CURSO:	DIREITO	CÓDIGO: 3531
FACULDADE:	CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA	PERÍODO: 8º

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA

- Teoria geral do processo cautelar. Poder geral de cautela. Competência para o processo cautelar. Responsabilidade processual civil em matéria cautelar. Procedimentos cautelares típicos. Caução e busca e apreensão. Arresto e seqüestro. Caução e busca e apreensão. Exibição e Produção antecipada de provas. Alimentos provisionais e Arrolamento de bens. Justificação, protestos, notificações e interpelações. Homologação do penhor legal. Posse em nome do nascituro. Atentado, protesto, apreensão de títulos e outras medidas provisionais.

II – OBJETIVOS

- Construir uma base teórica para o estudo do processo cautelar
 ➤ Proporcionar uma visão geral do procedimento.

III - CONTEÚDOS

UNIDADE I	TEORIA GERAL DO PROCESSO CAUTELAR
	1.1 Conceito e noções gerais 1.2 “Ação cautelar”: conceito e “condições” 1.3 Processo cautelar: conceito e pressupostos 1.4 Medida cautelar: conceito, classificação e características, eficácia no tempo 1.5 Desnecessidade do processo cautelar como figura autônoma 1.6 Requisitos de concessão da tutela cautelar
UNIDADE II	PODER GERAL DE CAUTELA
	2.1 Conceito 2.2 Limites 2.3 Forma e momento de exercício 2.4 Medidas cautelares
UNIDADE III	COMPETÊNCIA PARA O PROCESSO CAUTELAR
	3.1 A competência em primeiro grau de jurisdição 3.2 A competência em grau de recurso 3.3 Procedimento cautelar comum
UNIDADE IV	RESPONSABILIDADE PROCESSUAL CIVIL EM MATÉRIA CAUTELAR
	4.1 Responsabilidade processual civil do requerente 4.2 Liquidação e reparação do dano
UNIDADE V	PROCEDIMENTOS CAUTELARES TÍPICOS
	5.1 Introdução e características gerais 5.2 Procedimentos cautelares específicos 5.3 Procedimentos não cautelares incluídos no Livro III do Código de Processo Civil
UNIDADE VI	ARRESTO E SEQUESTRO
	6.1 Arresto - Conceito e cabimento 6.2 Pressupostos de concessão 6.3 Comprovação dos pressupostos 6.4 Bens arrestáveis 6.5 Procedimento, efeito e extinção 6.6 Seqüestro – Conceito e cabimento 6.7 Conceito e cabimento 6.8 Pressupostos de concessão 6.9 Disciplina comum do arresto e do seqüestro 6.10 Distinção entre arresto e seqüestro
UNIDADE VII	CAUÇÃO E BUSCA E APREENSÃO
	7.1 Caução - Conceito, natureza jurídica e cabimento



UNIVERSIDADE IGUAÇU
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

- 7.2 Classificação
- 7.3 Procedimento
- 7.4 Busca e apreensão – conceito, natureza jurídica e cabimento
- 7.5 Pressupostos
- 7.6 Procedimento
- 7.7 Outras modalidades de busca e apreensão no direito brasileiro

UNIDADE VIII	EXIBIÇÃO E PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS
---------------------	---

- 8.1 Exibição – conceito, natureza jurídica e cabimento
- 8.2 Classificação
- 8.3 Legitimidade
- 8.4 Procedimento da exibição contra parte
- 8.5 Procedimento da exibição contra terceiro
- 8.6 Produção antecipada de provas – conceito, natureza jurídica e cabimento
- 8.7 Oportunidade
- 8.8 Procedimento
- 8.9 Valoração da prova antecipada
- 8.10 Destino dos autos

UNIDADE IX	ALIMENTOS PROVISIONAIS E ARROLAMENTO DE BENS
-------------------	---

- 9.1 Alimentos provisionais – conceito, natureza jurídica e cabimento
- 9.2 Distinção entre alimentos provisionais e provisórios
- 9.3 Procedimento
- 9.4 Duração da prestação alimentar provisional
- 9.5 Execução
- 9.6 Arrolamento de bens – Conceito, natureza jurídica e cabimento
- 9.7 Pressupostos
- 9.8 Objetivo
- 9.9 Procedimento

UNIDADE X	JUSTIFICAÇÃO, PROTESTOS, NOTIFICAÇÕES E INTERPELAÇÕES
------------------	--

- 10.1 Justificação – conceito, natureza jurídica e cabimento
- 10.2 Procedimento
- 10.3 Protesto
- 10.4 Notificação
- 10.5 Interpelação

UNIDADE XI	HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL
-------------------	------------------------------------

- 11.1 Penhor legal
- 11.2 Homologação do penhor legal: conceito e natureza jurídica
- 11.3 Procedimento
- 11.4 Sentença e execução

UNIDADE XII	ATENTADO, PROTESTO, APREENSÃO DE TÍTULOS E OUTRAS MEDIDAS PROVISIONAIS
--------------------	---

- 12.1 Atentado- conceito, natureza jurídica e cabimento
- 12.2 Pressupostos
- 12.3 Legitimidade
- 12.4 Procedimento

UNIDADE XIII	SENTENÇA E EXECUÇÃO
---------------------	----------------------------

- 13.1 Protesto- conceito, natureza jurídica e cabimento
- 13.2 Procedimento
- 13.3 Apreensão do título e prisão do devedor
- 13.4 Outras medidas provisionais

III – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

- Aulas expositivas.
- Debates.
- Trabalhos de pesquisa e em classe.
- Estudo dirigido.
- Seminários.
- Leituras orientadas.

IV – AVALIAÇÃO

- Duas provas escritas bimestrais, obrigatórias, e, a critério do professor, trabalho individual ou em grupo, exame oral, seminários etc, cujos resultados devem integralizar a pontuação total da disciplina no bimestre, após a soma das notas obtidas, dividida pelo número de aferições. Uma prova interdisciplinar, com peso dois.

V - BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CÂMARA, Alexandre Freitas. *Lições de Direito Processual Civil*. 10. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006, v.III.
- GRECO FILHO, Vicente. *Direito Processual Civil brasileiro*. São Paulo: Saraiva.
- THEODORO JUNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense.
- _____. *Processo cautelar*. 4. ed. São Paulo: LEUD.
- MOREIRA, José Carlos Barbosa. *O novo processo civil brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense.
- OLIVEIRA, José Maria Leoni Lopes de. *Guarda, tutela, e adoção*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

DISCIPLINA:	DIREITO AMBIENTAL	C/H: 040 h/A
CURSO:	DIREITO	CÓDIGO:
FACULDADE:	CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA	PERÍODO: 8º.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

I – EMENTA

Direito Ambiental - Material: Direitos materiais difusos. Direito Constitucional Ambiental: classificação de meio ambiente, princípios constitucionais do Direito Ambiental, responsabilidade pelos danos causados ao meio ambiente: tutela civil ambiental, tutela administrativa ambiental e tutela penal ambiental. Bens ambientais. Competência em matéria ambiental. Licenciamento ambiental e Estudo Prévio de Impacto Ambiental. Zoneamento ambiental. Meio ambiente: cultural, artificial e do trabalho. Direito Ambiental – Processual: Ação Civil Pública Ambiental. Ação Popular Ambiental. Mandado de Segurança Ambiental. Mandado de Injunção Ambiental.

II - OBJETIVOS

- Construir uma base teórica para o estudo do direito ambiental
- Proporcionar ao estudante uma visão geral e sistemática da política nacional das relações de direito ambiental.

III- CONTEÚDO

UNIDADE I	DIREITOS MATERIAIS DIFUSOS
	1.1 Introdução 1.2 Direitos difusos: transindividualidade, indivisibilidade e titulares indeterminados e interligados. 1.3 Direitos coletivos <i>stricto sensu</i> : transindividualidade, determinabilidade dos titulares e indivisibilidade do objeto. 1.4 Direitos individuais homogêneos: critério de distinção dos direitos
UNIDADE II	DIREITO CONSTITUCIONAL AMBIENTAL
	2.1 Introdução. 2.2 Noções propedêuticas. 2.3 Visão antropocêntrica do Direito Constitucional Ambiental. 2.4 Definição legal de meio ambiente. 2.5 Classificação do meio ambiente: natural, artificial, cultural e do trabalho. 2.6 Princípios do Direito Ambiental na Constituição Federal de 1988 2.7 Princípio do desenvolvimento sustentável 2.8 Princípio do poluidor – pagador 2.9 Princípio da prevenção 2.10 Princípio da participação 2.11 Princípio da ubiquidade 2.12 Responsabilidade pelos danos causados ao meio ambiente. 2.13 Responsabilidade civil ambiental 2.14 Responsabilidade administrativa ambiental 2.15 Responsabilidade penal ambiental
UNIDADE III	BENS AMBIENTAIS
	3.1 Introdução 3.2 Classificação dos bens quanto à titularidade 3.3 A distinção entre os bens públicos e os bens difusos 3.4 Os bens ambientais 3.5 Piso vital mínimo 3.6 Os bens ambientais atribuídos a entes federados 3.7 A natureza jurídica do bem ambiental e o direito de propriedade
UNIDADE IV	COMPETÊNCIA EM MATÉRIA AMBIENTAL
	4.1 Critério de repartição de competências: predominância do interesse 4.2 Classificação das competências: legislativa e material 4.3 O Município e sua importância fundamental



UNIVERSIDADE IGUAÇU
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

UNIDADE V	LICENCIAMENTO AMBIENTAL E ESTUDO PRÉVIO DE IMPACTO AMBIENTAL
	5.1 Licenciamento ambiental e licença administrativa
	5.2 Natureza jurídica do licenciamento ambiental
	5.3 Licenciamento ambiental e sua discricionariedade
	5.4 Procedimento administrativo: etapas do licenciamento
	5.5 Estudo prévio de impacto ambiental (EIA/RIMA)
	5.6 Competência para licenciamento
	5.7 Audiência pública
UNIDADE VI	ZONEAMENTO AMBIENTAL E ESPAÇOS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS
	6.1 Espaços ambientais
	6.2 Zoneamento ambiental
	6.3 Classificações do zoneamento ambiental
UNIDADE VII	MEIO AMBIENTE CULTURAL
	7.1 Conceito de patrimônio cultural.
	7.2 Natureza jurídica do patrimônio cultural
	7.3 Competência sobre o patrimônio cultural
	7.4 Classificação do tombamento ambiental
	7.5 Proteção internacional dos bens culturais
UNIDADE VIII	MEIO AMBIENTE ARTIFICIAL
	8.1 Objetivo da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
	8.2 Competência para a consecução dos objetivos
	8.3 O Estatuto da Cidade: a tutela do meio ambiente artificial
	8.4 Instrumentos de tutela do meio ambiente artificial em face de áreas urbanas não edificadas
UNIDADE IX	MEIO AMBIENTE DO TRABALHO
	9.1 Enfoque constitucional do meio ambiente do trabalho
	9.2 Da segurança e saúde do trabalho
	9.3 Embargo, interdição e greve.
UNIDADE X	DIREITO PROCESSUAL AMBIENTAL: AÇÃO CIVIL PÚBLICA AMBIENTAL
	10.1 Ação coletiva para tutela dos direitos individuais homogêneos
	10.2 Inquérito civil público
	10.3 Compromisso de ajustamento de conduta
UNIDADE XI	AÇÃO POPULAR AMBIENTAL
	11.1 Origens
	11.2 A ação popular e sua evolução no ordenamento jurídico brasileiro
	11.3 Objeto, legitimidade, competência e pressuposto de cabimento.
UNIDADE XII	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO AMBIENTAL
	12.1 O mandado de segurança tradicional e mandado de segurança coletivo.
	12.2 Características do mandado de segurança coletivo ambiental.
UNIDADE XIII	MANDADO DE INJUNÇÃO AMBIENTAL
	13.1 Introdução
	13.2 Pressupostos materiais de cabimento
	13.3 Objeto, finalidade, aplicabilidade e procedimento.
	13.4 Legitimidade.

III – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

- Aulas expositivas.
- Debates.
- Trabalhos de pesquisa e em classe.
- Estudo dirigido.
- Seminários.
- Leituras orientadas.

IV - AVALIAÇÃO

- Provas escritas.
- Provas orais.
- Seminários.

V – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- FIORILLO, CELSO ANTÔNIO PACHECO. *CURSO DE DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO*. 08 ED.. SÃO PAULO: SARAIVA, 2007.
 ANTUNES, PAULO DE BESSA. *DIREITO AMBIENTAL*. 06 ED. RIO DE JANEIRO: LUMEN JURIS, 2007.
 MILARÉ, ÉDIS. *DIREITO DO AMBIENTE: A GESTÃO AMBIENTAL EM FOCO*. 05 ED. SÃO PAULO: REVISTA DOS TRIBUNAIS. 2007.

DISCIPLINA:	PRÁTICA JURÍDICA II	C/H: 100 H/A
CURSO:	DIREITO	CÓDIGO:3535
FACULDADE:	CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS	PERÍODO: 8º.

Programa de disciplina

I - EMENTA

FAMÍLIA E SUCESSÕES. Tutela jurisdicional das relações conflituosas decorrente do casamento, da união estável e da filiação. Do procedimento do inventário.

TRABALHISTA. Tutela jurisdicional das relações conflituosas decorrentes do contrato de trabalho. Procedimento da reclamação trabalhista. Inquérito judicial para apuração de falta grave. Recursos trabalhistas. Execução trabalhista. Tutela jurisdicional das pretensões previdenciárias. Acidente de trabalho.

II- OBJETIVOS

- Conhecer as bases da Prática Jurídica
- Aplicar o Direito material na solução de casos jurídicos;
- Utilizar o Direito como instrumento profissional;

III - CONTEÚDO

UNIDADE I	PRÁTICA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES
	1.1 Alimentos decorrentes do casamento e parentesco. Petição Inicial. Requisitos. Morfologia de peça jurídica. Documentos indispensáveis para a propositura da ação. Estudo de caso. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial.
	1.2 Separação jurídica contenciosa. Estudo de caso. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial. Petição Inicial
	1.3 Resposta do Réu. Delimitação da tese de defesa. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial. Morfologia da peça jurídica de resposta. Revelia.
	1.4 Separação Consensual. Estabelecimento das cláusulas do ajuste. Petição Inicial.
	1.5 Divórcio. Estudo de caso. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial. Petição Inicial.
	1.6 Audiência de conciliação. Audiência simulada. Decisão previa sobre alimentos. Recurso de agravo.
	1.7 Audiência de instrução e julgamento. Audiência simulada. Conciliação. Sentença homologatória.
	1.8 Sentença. Recursos. Efeitos dos recursos. Estudo de caso. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial.
	1.9 Efeitos práticos da sentença de separação ou de divórcio. Anotações no registro civil.
	1.10 Execução da prestação alimentícia. Estudo de caso. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial.
	1.11 Procedimentos Específicos. Regulamentação de visitas. Busca e apreensão de pessoas. Afastamento do lar. Estudo de caso. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial.
	1.12 Tutela jurisdicional da união estável. Casos de direitos protegidos juridicamente. Estudo de caso. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial.
	1.13 Reconhecimento e dissolução da sociedade de fato. Estudo de caso. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial.
	1.14 Do procedimento do inventário. Abertura do inventário. Estudo de caso. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial.
	1.15 Primeiras declarações. Termo de inventariança. Remoção de inventariante. Estudo de caso. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial.
	1.16 Inventário pelo rito de arrolamento. Plano de partilha. Estudo de caso. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial.
UNIDADE II	Prática jurídica simulada - Trabalhista
	2.1 Enumeração das pretensões decorrentes da relação de emprego. Petição inicial (Reclamação). Requisitos. Morfologia da peça jurídica. Documentos indispensáveis a propositura da reclamação. Fluxograma da fase postulatória.
	2.2 Reclamação trabalhista. Estudo de caso. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial.
	2.3 Resposta do Réu. Delimitação da tese de defesa. Ônus da prova no processo trabalhista. O preposto do empregador Pesquisa doutrinária e jurisprudencial. Morfologia da peça jurídica de resposta. Revelia.
	2.4 Audiência previa de conciliação. Audiência de instrução e julgamento. Obrigatoriedade da presença das partes. Audiência simulada
	2.5 Homologação de transação. Irrecorribilidade da sentença homologatória. Ação rescisória.
	2.6 Fase instrutória. Irrecorribilidade das decisões interlocutórias. Prova pericial. Quesitação: Estudo de caso. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial.



UNIVERSIDADE IGUAÇU
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

- 2.7 Casos de suspensão do processo. Questão prejudicial externa. Estudo de caso. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial.
- 2.8 Audiência de instrução e julgamento (continuação). Audiência simulada. Sentença. Recursos. Efeitos dos recursos. Depósito recursal (CLT, art. 899, § 1º). Recurso ordinário (CLT, art. 895). Estudo de caso. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial.
- 2.9 Agravo de instrumento (CLT, art. 897, “b”). Estudo de caso. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial.
- 2.10 Recurso de revista (CLT, art. 896). Estudo de caso. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial.
- 2.11 Execução. Peculiaridades da execução trabalhista. O título executivo trabalhista. Estudo de caso. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial. Agravo de petição (CLT, art. 897, “b”). Estudo de caso. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial.
- 2.12 Embargos à execução. Estudo de caso. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial.
- 2.13 Inquéritos para apuração de falta grave. Estudo de caso. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial.
- 2.14 Tutela jurisdicional das pretensões previdenciárias. Estudo de caso. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial.
- 2.15 Tutela jurisdicional das pretensões de correntes de acidentes de trabalho. Estudo de caso. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial.

III – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Apresentação de um problema hipotético
 Determinação da disciplina normativa do caso hipotético
 Pesquisa da jurisprudência e da doutrina Sobre o caso em espécie
 Delimitação das pretensões ou das Defesas juridicamente admissíveis
 Elaboração de parecer prévio
 Elaboração da peça processual (petição inicial, contestação, recurso, peça incidental, razões finais, memoriais, roteiro de defesa/acusação oral.)
 Apreciação do trabalho discutido (individualmente ou em grupo) com o(s) aluno(s) os erros e acertos.
 Avaliação individual das habilidades previstas no perfil profissiográfico, atribuindo para cada qual conceito variável em escala decrescente de “a” a “e”

IV – AVALIAÇÃO

Provas práticas. Trabalhos individuais e em grupos. Avaliação oral. Avaliação dos discentes nas simulações.

V – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

-
- ANDRÉ, Luiz Sérgio Afonso De, E ALTEMANI, Nelson. *Roteiro Prático Das Ações*. 18ª Ed. São Paulo: Saraiva, 1997.
 CASELLA, José Erasmo. *Manual De Prática Forense*. São Paulo: Saraiva, 1996.
 CASTRO FILHO, José Olympio. *Prática Forense*. 2. Vol. Rio De Janeiro: Forense.
 FRANÇA, R. Limongi. *Jurisprudência Das Ações Possessórias*. São Paulo: Ed. Revista Dos Tribunais.
 _____, *Jurisprudência Da Responsabilidade Civil*. São Paulo: Ed. Revista Dos Tribunais.
 ALMEIDA, Isis de. *Manual de Direito Processual do Trabalho*. S.P. Ltr. 1998.
 MALTA, Cristóvão Piragibe Tostes. *Prática do Processo Trabalhista*. S.P. Ltr. 1999.
 SAAD, Eduardo Gabriel. *Direito Processual do Trabalho*. S.P. Ltr. 1999
 TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. *Execução no Processo do Trabalho*. São Paulo. Ltr. 1998.
 BATALHA, WILSON DE SOUZA. *SISTEMA DE DIREITO PROCESSUAL*. SÃO PAULO. LTR. 1999.

Obs.: RESOLUÇÃO CONSEPE N° 163 /2003.

DISCIPLINA:	DIREITO CIVIL VII (DIREITO DE FAMÍLIA)	C/H: 080 h/A
CURSO:	DIREITO	CÓDIGO:
FACULDADE:	CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA	PERÍODO: 8º.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

I - EMENTA

Direito de Família. Casamento. Habilitação para o casamento. Impedimentos. Causas suspensivas. Oposição dos impedimentos e das causas suspensivas. Celebração do casamento. Provas do casamento. Espécies de casamento válido. Inexistência e da invalidade do casamento. Eficácia jurídica do casamento. Dissolução da sociedade conjugal e do vínculo conjugal. Separação judicial. Proteção da pessoa dos filhos. Filiação. Reconhecimento dos filhos. Adoção. Poder familiar. Regime de bens. Usufruto e administração dos bens dos filhos menores. Alimentos. Bem de família. União estável. Tutela. Curatela.

II- Objetivos

- Estimular a visão crítica do Direito de Família pelo conhecimento dos institutos que orientam as relações jurídicas.
- Identificar os elementos constitutivos do casamento.
- Descrever, analisar e discutir as nuances do Direito de Família.

III – CONTEÚDOS

UNIDADE I	DIREITO DE FAMÍLIA – DO CASAMENTO.
	<ul style="list-style-type: none"> 1.1 Noção de Direito de Família 1.2 Conteúdo do Direito de Família 1.3 Princípios do Direito de Família 1.4 Natureza jurídica do Direito de Família 1.5 Família e casamento 1.6 Evolução histórica do Direito de Família 1.7 O Direito de família na Constituição de 1988 e no Código Civil de 2002 1.8 Conceito 1.9 Natureza jurídica 1.10 Caracteres do casamento 1.11 Finalidades do casamento
UNIDADE II	DO PROCESSO DE HABILITAÇÃO PARA O CASAMENTO – DOS IMPEDIMENTOS
	<ul style="list-style-type: none"> 2.1 Da capacidade para o casamento 2.2 O procedimento para habilitação 2.3 Conceito e espécies 2.4 Impedimentos resultantes do parentesco (consangüinidade, afinidade e adoção) 2.5 Impedimento resultante de casamento anterior 2.6 Impedimento decorrente de crime
UNIDADE III	DAS CAUSAS SUSPENSIVAS – DA OPOSIÇÃO DO IMPEDIMENTOS E DAS CAUSAS SUSPENSIVAS
	<ul style="list-style-type: none"> 3.1 Introdução 3.2 Confusão e patrimônio 3.3 Divórcio 3.4 Confusão de sangue (<i>turbatio sanguinis</i>) 3.5 Tutela e curatela 3.6 Observações finais 3.7 Da oposição dos impedimentos 3.8 Da oposição das causas suspensivas
UNIDADE IV	DA CELEBRAÇÃO DO CASAMENTO – DAS PROVAS DO CASAMENTO
	<ul style="list-style-type: none"> 4.1 Formalidades 4.2 Momento da celebração 4.3 Suspensão da cerimônia 4.4 Assento do casamento no livro de registro 4.5 Casamento por procuração 4.6 Introdução



UNIVERSIDADE IGUAÇU
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

- 4.7 Prova específica: certidão do registro
- 4.8 Posse do estado de casados: conceito e elementos
- 4.9 Prova do casamento realizado no exterior
- 4.10 Casamento cuja prova resultar de processo judicial

UNIDADE V	ESPÉCIES DE CASAMENTO – DA INEXISTÊNCIA E INVALIDADE DO CASAMENTO
	<ul style="list-style-type: none"> 5.1 Casamento válido 5.2 Casamento putativo 5.3 Casamento nuncupativo e em caso de moléstia grave 5.4 Casamento religioso com efeitos civis 5.5 Casamento consular 5.6 Conversão da união estável em casamento 5.7 Casamento inexistente 5.8 Casamento inválido 5.9 Casamento anulável 5.10 Casamento irregular
UNIDADE VI	DA EFICÁCIA DO CASAMENTO
	<ul style="list-style-type: none"> 6.1 Efeitos jurídicos do casamento 6.2 Deveres recíprocos dos cônjuges 6.2 Direitos e deveres de cada cônjuge 6.3 O exercício de atividade empresária pelos cônjuges
UNIDADE VII	DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE E DO VÍNCULO CONJUGAL
	<ul style="list-style-type: none"> 7.1 Causas terminativas 7.2 Morte de um dos cônjuges. Morte real e morte presumida 7.3 Nulidade ou anulação do casamento 7.4 Separação judicial
UNIDADE VIII	SEPARAÇÃO JUDICIAL POR MÚTUO CONSENTIMENTO OU A PEDIDO DE UM DOS COÔNJUGES
	<ul style="list-style-type: none"> 8.1 Características. Requisito 8.2 Procedimento. Cláusulas obrigatórias 8.3 Promessa de doação na separação consensual 8.4 Espécies 8.5 Grave infração dos deveres do casamento 8.6 Confissão real e ficta 8.7 Insuportabilidade da vida em comum 8.8 Ruptura da vida em comum 8.9 Separação por motivo de grave doença mental 8.10 Separação de corpos 8.11 O uso do nome do outro cônjuge 8.12 Restabelecimento da sociedade conjugal
UNIDADE IX	DIVÓRCIO – PROTEÇÃO DA PESSOA DOS FILHOS
	<ul style="list-style-type: none"> 9.1 Introdução 9.2 Divórcio-conversão 9.3 Divórcio direto 9.4 Proteção à pessoa dos filhos na separação judicial ou divórcio 9.5 Proteção aos filhos na separação de fato 9.6 Direito de visita
UNIDADE X	DA FILIAÇÃO – DO RECONHECIMENTO DOS FILHOS
	<ul style="list-style-type: none"> 10.1 Introdução 10.2 Presunção legal de paternidade 10.3 Ação negatória de paternidade e de maternidade 10.4 Prova de filiação 10.5 Filiação havida fora do casamento 10.6 Reconhecimento voluntário 10.7 Reconhecimento judicial: investigação de paternidade e maternidade 10.8 Efeitos do reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento
UNIDADE XI	DA ADOÇÃO – DO PODER FAMILIAR
	<ul style="list-style-type: none"> 11.1 Conceito e natureza jurídica 11.2 Antecedentes históricos 11.3 A atual disciplina da adoção 11.4 Quem pode adotar 11.5 Requisitos da adoção 11.6 Efeitos da adoção 11.7 Adoção internacional

- 11.8 Conceito
- 11.9 Características
- 11.10 Titularidade do poder familiar
- 11.11 Conteúdo do poder familiar
- 11.12 Extinção e suspensão do poder familiar

UNIDADE XII	DO REGIME DE BENS ENTRE OS CÔNJUGES
--------------------	--

- 12.1 Disposições gerais
- 12.2 Regime de bens: princípios básicos
- 12.3 Administração e disponibilidade dos bens
- 12.4 Pacto antenupcial
- 12.5 Regime da separação legal ou obrigatória
- 12.6 Regime da comunhão parcial ou limitada
- 12.7 Regime da comunhão universal
- 12.8 Regime da participação final nos aquestos
- 12.9 Regime da separação convencional os absoluta

UNIDADE XIII	DO USUFRUTO E DA ADMINISTRAÇÃO DOS BENS DE FILHOS MENORES - DOS ALIMENTOS – DO BEM DE FAMÍLIA
---------------------	--

- 13.1 Exercício do usufruto e da administração
- 13.2 Autorização judicial para a prática de atos que ultrapassem a simples administração
- 13.3 Colidência de interesses entre os pais e o filho
- 13.4 Bens excluídos do usufruto e da administração dos pais
- 13.5 Conceito e natureza jurídica dos Alimentos
- 13.6 Espécies de Alimentos
- 13.7 Obrigação alimentar e direito a alimentos
- 13.8 Alimentos decorrentes da dissolução conjugal e da união estável
- 13.9 Meios de assegurar o pagamento da pensão
- 13.10 Introdução
- 13.11 Bem de família voluntário
- 13.12 Bem de família obrigatório ou legal

UNIDADE XIV	DA UNIÃO ESTÁVEL E DO CONCUBINATO
--------------------	--

- 14.1 Conceito e evolução histórica
- 14.2 Regulamentação da união estável antes do Código Civil de 2002
- 14.3 A união estável no Código Civil de 2002
- 14.4 Requisitos para a configuração da união estável
- 14.5 Deveres dos companheiros
- 14.6 Direitos dos companheiros
- 14.7 Contrato de convivência entre companheiros
- 14.8 Conversão da união em casamento
- 14.9 As leis da união estável e o direito intertemporal
- 14.10 Ações concernentes à união estável

UNIDADE XV	DA TUTELA E DA CURATELA
-------------------	--------------------------------

- 15.1 Conceito
- 15.2 Espécies de tutela
- 15.3 Regulamentação da tutela
- 15.4 Cessação da tutela
- 15.5 Conceito de Curatela
- 15.6 Características da curatela
- 15.7 Espécies de curatela
- 15.8 O processo de interdição
- 15.9 Exercício da curatela

III – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

- Aulas expositivas.
- Debates.
- Trabalhos de pesquisa e em classe.
- Estudo dirigido.
- Seminários.
- Leituras orientadas.

IV – AVALIAÇÃO

- Duas provas escritas bimestrais, obrigatórias, e, a critério do professor, trabalho individual ou em grupo, exame oral, seminários etc, cujos resultados devem integralizar a pontuação total da disciplina no bimestre, após a soma das notas obtidas, dividido pelo número de aferições. Uma prova interdisciplinar, com peso dois.

V – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- GOMES, Orlando. *Direito de Família*. 14. ed. Atualização de Humberto Theodoro Junior. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- GOÑCALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil brasileiro: Direito de família*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006.
- MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de Direito Civil*. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 1960; 32. ed. 1995; 37. ed. atualizada por Regina Beatriz Tavares da Silva, 2004,v.2.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil*. Atualização de Tânia Pereira da Silva. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004, v.5.
- RODRIGUES, silvo. *Direito Civil*. 28. ed. Atualização de Francisco José Cahali. São Paulo: Saraiva, 2004. v. 6.
- VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito Civil*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003. v. VI.
- WALD, Arnoldo. *O novo Direito de Família*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
- AZEVEDO, Álvaro Villaça. *bem de família, com comentários à Lei n. 8009/90*. 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
- CAHALI, Yussef Said. *A comunhão dos aqüestos no regime da separação de bens*. In: Família e casamento: doutrina e jurisprudência. Coordenação de Yussef Cahali. São Paulo: Saraiva, 1988.
- _____. *Divórcio e separação*. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- _____. *Dos alimentos*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988, e 4. ed. 2002.
- LÓBO, Paulo Luiz Netto. *Código Civil comentado*. Coordenação de Álvaro Villaça Azevedo, São Paulo: Atlas, 2003. v. XVI.

DISCIPLINA:	DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO II	C/H: 040 h/A
CURSO:	DIREITO	CÓDIGO: 3532
FACULDADE:	FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA	PERÍODO: 8º

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA

Garantias e privilégios do Crédito tributário. Presunção de Fraude contra o Fisco. Administração Tributário e a importância da Fiscalização. Procedimento fiscalizatório. Termos inicial e final. O sigilo fiscal. Dívida Ativa: conceito e requisito do termo de inscrição. Nulidade do termo. Presunção de certeza liquidez do título. Efeitos. Certidões negativas e positivas de Débitos tributários. Procedimento Administrativo tributário. Processo de consulta. Processo judicial tributário. Ações tributárias: exacionais e anti-exacionais. Ação de execução fiscal. Embargos do executado. Evasão: elisão e sonegação mediante fraude. Crimes contra a Ordem tributária. Classificação.

II - Objetivos

- Proporcionar ao estudante a possibilidade de compreender a importância dos principais aspectos da atividade financeira estatal. Compreender o significado dos princípios constitucionais tributários. Conceituar tributo e distinguir suas espécies. Conhecer a obrigação tributária e os deveres dela decorrentes. Aplicar os conhecimentos em situações concretas.

III – CONTEÚDO

UNIDADE I	GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
	<ul style="list-style-type: none"> 1.1 Conceito 1.2 Presunção de Fraude contra o Fisco 1.3 Conceito de Privilégio ou Preferência do crédito tributário 1.4 As alterações de ordem no Privilégio de Crédito tributário introduzidas pela Lei nº. 11.101/05 1.5 As preferências do Crédito Tributário nas diversas situações de afetação patrimonial do sujeito passivo: desnecessidade da habilitação do Crédito tributário em concurso de credores, liquidação voluntária ou judicial, inventário, partilha e adjudicação. 1.5.1 Necessidade de prova de quitação de tributos para levantamento das obrigações do falido, para concessão de concordata e obtenção de sentença de partilha ou adjudicação em inventário 1.5.2 Exigência de prova de quitação de tributos em licitações públicas.
UNIDADE II	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
	<ul style="list-style-type: none"> 2.1 A importância da Fiscalização 2.2 Sujeição de todos à Fiscalização 2.3 Não são admissíveis excludentes legais ou convencionais para impedir ou limitar a atividade fiscalizatória 2.4 Termo inicial e final do procedimento fiscalizatório 2.5 Do procedimento de fiscalização 2.6 Das informações ao fisco e de quem deve presta-las. Da exceção. 2.7 Sigilo Fiscal 2.8 Da cooperação entre as Fazendas Públicas da União, Estados e Municípios
UNIDADE III	DÍVIDA ATIVA
	<ul style="list-style-type: none"> 3.1 Conceito 3.2 Requisitos do Termo de inscrição 3.3 Nulidade do Termo e suas consequências 3.4 Presunção relativa de certeza e liquidez do título 3.5 Certidões negativas de débitos fiscais e suas finalidades 3.6 Idêntico efeito das certidões positivas 3.7 Exceção à exigência de apresentação de certidões negativas de débito fiscal
UNIDADE IV	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
	<ul style="list-style-type: none"> 4.1 Conceito 4.2 Aspecto terminológico: Processo e procedimento 4.3 Norma Regulamentadora: decreto nº70.235/72 e não a lei 9.784/99 4.4 O Princípio da Simplificação das Formas 4.5 Características do Procedimento administrativo Tributário 4.6 Prazos para a prática dos atos procedimentais



UNIVERSIDADE IGUAÇU
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

- 4.7 Atos que iniciam o procedimento
- 4.8 Validade dos atos iniciais
- 4.9 Como é feita a exigência do crédito tributário
- 4.10 Requisitos do auto de infração
- 4.11 Requisitos da notificação de lançamento
- 4.12 Impugnação e a instrução da fase litigiosa
- 4.13 Forma, instrução e prazo para impugnar
- 4.14 Conteúdo da Impugnação

UNIDADE V	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO: CONTINUAÇÃO
	<ol style="list-style-type: none"> 5.1 Declaração de Revelia e cobrança amigável 5.2 Declaração de devedor remisso e encaminhamento do procedimento à Procuradoria para a execução Fiscal. 5.3 Modalidades de intimação 5.4 Competência e Instâncias de julgamento 5.5 O Conselho de Contribuintes: Histórico e composição 5.6 Recursos 5.7 Garantia de Instância 5.8 Processo de consulta
UNIDADE VI	PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO
	<ol style="list-style-type: none"> 6.1 Conceito 6.2 Ação e Direito de ação 6.3 Pressupostos 6.4 Ações Tributárias: exacionais e anti-exacionais: Finalidade de cada modalidade 6.5 Ações em espécie 6.6 Ação de execução fiscal como principal ação exacional. Lei 6.830/80 6.7 Embargos do executado como principal ação anti-exacional
UNIDADE VII	ANÁLISE INTERPRETATIVA DOS DISPOSITIVOS E CRÍTICA À LEI DE EXECUÇÃO FISCAL
	<ol style="list-style-type: none"> 7.1 Escorso Histórico da Execução fiscal 7.2 Os objetivos da Lei de Execução Fiscal 7.3 As Críticas doutrinárias aos dispositivos legais 7.4 As Controvérsias processuais desencadeadas pela Lei 7.5 A falência dos objetivos a que a Lei se propôs
UNIDADE VIII	CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA
	<ol style="list-style-type: none"> 8.1 Conceito de crime 8.2 Infrações tributárias: administrativas. Direito tributário Penal 8.3 Infrações Tributárias: Crimes e contravenções. Direito Penal Tributário(CP e Lei 8.137/90) 8.4 Evasão Fiscal: Lícita e ilícita: Elisão e Sonegação mediante fraude 8.5 Classificação dos crimes tributários.

IV – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

- Aulas expositivas e interativas
- Estudos dirigidos e participativos.
- Debates.
- Pesquisas individuais e em grupo.
- Seminários.
- Análise de tratados e sentenças internacionais.
- Exibição de vídeos sobre questões internacionais.

V – AVALIAÇÃO

- Provas escritas individuais.
- Provas orais.
- Pesquisas em grupo e individuais.

V – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ROSA JR.,** Luiz Emygdio F. da. *Manual de Direito Financeiro Tributário*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
- TORRES,** Ricardo Lobo. *Curso de Direito Financeiro e Tributário*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.
- AMARO,** Luciano. *Direito Tributário Brasileiro*. São Paulo: Editora Saraiva, 2003.
- BALEEIRO,** Aliomar. *Limitações constitucionais ao poder de tributar*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1999.
- CARRAZZA,** Roque Antonio. *Curso de direito constitucional tributário*. São Paulo: Editora Malheiros, 2002.
- MACHADO,** Hugo de Brito. *Curso de direito tributário*. São Paulo: Editora Malheiros, 2003.
- TORRES,** Ricardo Lobo. *Orçamento na Constituição*. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 1995.